

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

"A NOSSA LUTA É POR TRABALHO O ANO TODO" A realidade dos ambulantes no Carnaval



Katia Maria, Seyla Rabelo, Dara Maria, Adriana Francisca, trabalhadoras ambulantes em Olinda, garantem a alegria dos foliões durante os ensaios de Carnaval. Fotos: Jornal O Futuro.

Muitas cidades brasileiras estão nos preparativos para os eventos de rua que marcam o período do carnaval. Para os trabalhadores ambulantes, que desempenham função fundamental para o período carnavalesco, esses preparativos demandam esforços monumentais, além de esconderem as demandas vitais

de uma categoria que está na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

A realidade do trabalho ambulante é uma das expressões da luta de classes no Brasil, já que está sendo vendido um discurso de empreendedorismo autônomo que mascara os efeitos e impactos da informalidade. **pág. 6**

RODOVIÁRIOS ENFRENTAM SALÁRIOS ATRASADOS E MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM VÁRIOS LOCAIS DO BRASIL

As recentes mobilizações dos rodoviários, que reivindicam melhores condições de trabalho, denunciam o atraso nos pagamentos e escancararam as violências

sofridas por trabalhadoras e trabalhadores em todo o Brasil. O atraso dos pagamentos em diversas cidades brasileiras fez com que a categoria se mobilizasse

na defesa dos seus direitos, escancarando como o aumento da passagem só serve para o enriquecimento dos donos das empresas de transportes. **pág. 2**

MENTIRAS E COVARDIA:

Governo Federal recua da normativa do Pix e valida campanha de mentiras da extrema-direita. **pág 3**

CARNAVAL SEM FERIADO:

Precariedade e humilhação são a realidade dos ambulantes que trabalham no festejo. **pág 6**

"FUNK" PRA INGLÊS VER:

"Brazilian Phonk" é esvaziamento e mercantilização internacional do autêntico funk brasileiro. **pág 8**

PROFESSOR POR AMOR?

Reajuste salarial dos professores depende de luta para não ser barrado por estados e municípios. **pág 9**

Editorial

Carnaval sem clima de festa

O Governo Lula-Alckmin já iniciou 2025 enfiando os pés pelas mãos em matéria de políticas econômicas: omitindo no anúncio da normativa da Receita Federal sobre o Pix a informação de que tal medida incidiria sobre grande parte dos trabalhadores informais brasileiros – ainda que sem efeitos de “taxação” direta de transações, ao contrário do que pregou a extrema-direita –, deu farta munição para os políticos bolsonaristas avançarem contra o governo. O resultado foi uma campanha mentirosa com recordes de visualizações nas redes sociais, impulsionada pelas novas diretrizes fascitoides da burguesia proprietária das mídias digitais. A reação do governo, no entanto, foi ainda pior: com seu recuo, acabou ratificando a demagogia da extrema-direita. A tentativa governista de aumentar a fiscalização e a arrecadação tributária atinge diretamente os mais pobres, ao mesmo tempo em que o Governo Federal corta investimentos em políticas sociais e que aumentam vertiginosamente os preços de produtos básicos, em especial alimentos.

Ainda pior que a política econômica da esquerda institucional é sua postura no tema da segurança pública. Seguindo a longeva “tradição” petista de encobrir políticas policiais e de punitivismo penal com uma retórica demagógica “de esquerda”, o governo editou uma série de medidas que buscam dar um verniz “racional” e “técnico” à mesma lógica racista de encarceramento em massas e extermínio da juventude negra que sempre imperou no Brasil. Em se tratando de um partido que conseguiu a “façanha” de dirigir a polícia militar bahiana, que matou mais que o dobro da PM de São Paulo em 2024, nada mais “lógico” do que o reforço da militarização policial em um governo petista.

É neste cenário em que o governo alimenta e fortalece os inimigos da classe trabalhadora em prol de uma suposta “governabilidade” – como é o caso da expansão do FIES, investimento direto no endividamento dos estudantes mais pobres e no setor privado da educação superior, em detrimento de investimentos na expansão das universidades públicas – que nos preparamos para a chegada do Carnaval.

Após décadas de propaganda desavergonhada em prol da ideologia do empreendedorismo, glorificando a informalidade e a precarização em nome de rasgar as já insuficientes garantias trabalhistas, os trabalhadores que constroem diretamente a maior festa de nosso país – como os trabalhadores da cultura, os vendedores ambulantes etc. – enfrentarão, por mais um ano, humilhações, baixíssima remuneração e as dificuldades de um trabalho “sazonal”. Com o acúmulo progressivo de políticas urbanas desastrosas (quando não a falta de política, deixando o desenvolvimento da cidade nas mãos anárquicas da especulação imobiliária), em especial nas grandes capitais, a circulação e o transporte público pioraram ano após ano. Soma-se a isso uma segurança pública extremamente militarizada, que tem como alvo os mais pobres, além da crescente monopolização dos direitos de exploração econômica do Carnaval nas mãos de um punhado de grandes monopólios do setor alimentício e do entretenimento.

Em uma época em que o Carnaval passou a ser “propriedade” empresarial, a resistência histórica das escolas de samba e das comunidades, bem como dos trabalhadores atingidos por essa verdadeira privatização da maior festa popular do país, se revela imprescindível. A classe trabalhadora ainda precisará de muita luta para um dia virar esse mundo em festa, trabalho e pão!



Greve dos rodoviários de Recife em setembro de 2024 – Foto: Sérgio Gaspar/Esquerda Online

Sindical

Rodoviários enfrentam salários atrasados e más condições de trabalho em vários locais do Brasil

Empresários do transporte visam apenas o lucro e aumentam as tarifas mesmo com os subsídios públicos bilionários, enquanto os salários dos trabalhadores rodoviários seguem estagnados e, por vezes, atrasados.

Com a virada do ano, desponta no horizonte um aumento significativo das tarifas dos transportes públicos, deixando os trabalhadores e trabalhadoras com o peso da inflação em seus bolsos e os empresários cada vez mais enriquecidos. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Salvador, neste início de 2025, onde a população convive com a quinta tarifa mais cara das capitais do país, no valor de R\$ 5,60.

A classe trabalhadora, que necessita desse tipo de transporte para se locomover, sabe muito bem que a subida no preço não significa melhoria no serviço. Na verdade, muito pelo contrário: enquanto os subsídios públicos destinados às empresas privadas de transporte crescem de forma contínua, os salários dos trabalhadores rodoviários seguem estagnados e, por vezes, atrasados, e a infraestrutura do serviço é cada vez mais sucateada. Para poder lucrar às custas da população, essas empresas não apenas se recusam a renovar as frotas e diminuem as rotas e linhas, principalmente nas áreas periféricas, mas também cortam o número de funcionários, fazendo com que os trabalhadores restantes assumam a dupla função de motorista-cobrador e sejam reféns, em muitos casos, da escala 6x1.

Nesses últimos tempos, acompanhamos várias denúncias referentes ao atraso no pagamento de salários, como é o caso de Guarulhos (SP), onde, na segunda semana de janeiro, foi comunicada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários no Transporte de Passageiros de Guarulhos e Arujá (SINCOVERG), através de um ultimato, a realização de uma possível greve caso as empresas locais não pagassem o valor referente ao mês de dezembro. Por terem feito o pagamento no dia anterior

ao prazo, a greve não se concretizou na cidade paulista. Diferentes deste caso, nos últimos meses, em Recife (PE), na Grande Natal (RN), em Sorocaba e Região (SP), em Manaus (AM), Rio Branco (AC), na região metropolitana de Porto Alegre (RS) e em São Luís (MA); houve mobilizações, paralisações e greves – especialmente por salários atrasados, não pagamento de vales-alimentação e descontos indevidos na folha de pagamento!

Em todo o Brasil, as más condições de trabalho, as diversas violências às quais essa categoria está sujeita nas cidades, somadas à precarização do próprio serviço para a população se transformam em uma verdadeira bola de neve. Mas apesar da solidariedade de interesses entre os trabalhadores do transporte e os trabalhadores usuários destes serviços, sempre que há alguma paralisação ou greve dos rodoviários a mídia burguesa trabalha intensamente para criar divisões em meio ao povo pobre, colocando trabalhador contra trabalhador. A imprensa burguesa diz que a luta dos rodoviários impede os trabalhadores de se deslocar e levar seu sustento para casa – como se os próprios trabalhadores do transporte não vivessem o exato mesmo drama, e como se não fosse isso que os empurra para a greve! Está mais do que na hora de toda a população trabalhadora se solidarizar com essa categoria que faz a cidade se mover e, com urgência, lutarmos por um transporte coletivo 100% estatal, que utilize os recursos públicos para garantir um serviço de qualidade, e não os lucros de uma minoria de milionários. Além disso, lutar pelo fim da maldita escala 6x1, que aflige não apenas motoristas e cobradores, mas também milhões de trabalhadores passageiros.

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Economia

Governo cede à campanha de mentiras sobre norma da Receita Federal

A decisão de revogar a medida, que sequer deveria ter sido proposta, perfaz uma derrota vexatória do governo, que comprova na prática que, longe de ser mero problema de comunicação, há um problema político em jogo.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um dos principais articuladores dos interesses da burguesia no governo. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Em um movimento para intensificar a fiscalização tributária, a Receita Federal do Brasil havia anunciado novas diretrizes que ampliam o monitoramento de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, débito e Pix. A Instrução Normativa nº 2.219/24 estava inserida em um contexto de ampliação da base fiscalizatória de combate à sonegação fiscal e redução de fraudes.

A maior fiscalização de práticas de evasão e sonegação é uma das bandeiras do Ministério da Fazenda de Fernando Haddad (PT) que se desdobra da sua meta de déficit zero, no íterim da política de austeridade fiscal. As administradoras digitais de cartão de crédito e débito teriam, então, a obrigação de informar movimentações acima de valores pré-determinados – estimados em R\$ 5 mil por operação para pessoas físicas e R\$ 15 mil para jurídicas – prática que já era realizada pelas instituições financeiras e bancos tradicionais. Essas informações são cruzadas com declarações de imposto de renda para identificar possíveis inconsistências.

Apesar do monitoramento, a Receita Federal emitiu uma comunicação afirmando que não haveria análise individual de cada transação, mas sim a identificação de padrões que possam levantar suspeitas. Ao mesmo tempo, alega que a medida busca combater o crime organizado, o que indica o contrário, que haveria sim análise. Em meio a tantas inconsistências e hesitações, é claro que a medida seria recebida com desconfiança por par-

te significativa do povo trabalhador brasileiro, recém financeirizado, em ocupações informais que aderiram ao Pix recentemente e, ora utilizam do meio sem recolher tributos, ora não têm o amparo técnico-jurídico para saber se, de fato, a medida os afetaria ou não. Assim, não faz sentido algum a afirmação do governo de que pretendia combater grandes sonegadores enquanto estabelecia um valor tão baixo quanto R\$ 5.000,00 mensais. De fato, a ameaça de consequências criminais para aqueles que caíssem na malha fina impactou a opinião pública mais do que supostas estatísticas sobre a raridade de ser pego na malha fina.

Os esclarecimentos do Fisco não foram páreos frente a uma intensa campanha reacionária de desinformação nas redes sociais, que inicialmente disseminou que, para além do aumento da fiscalização, o que se faria a partir de janeiro seria cobrar um novo tributo, individualmente, em cada operação por Pix que ultrapassasse 5 mil reais no mês – popularizado como Imposto do Pix.

Um dos atores centrais dessa campanha foi o deputado federal Nikolas Ferreira (PL), que publicou um vídeo de ampla divulgação em que, utilizando de considerável produção profissionalizada, espalhava o boato sob tom de insinuação. Nikolas, na mesma ocasião, rechaça em tom cínico medidas que ele próprio votou a favor, como o fim da isenção para comprar de importados abaixo de 50 dólares.

É evidente que, em grande parte, o sucesso da extrema-direita em vender essa mentira em sua

campanha de pânico contra o governo é responsabilidade da postura do próprio governo. Desde, pelo menos, o anúncio da tributação dos importados, o Governo Lula-Alckmin e seu Ministério da Fazenda estão associados à imagem impopular de aumento da carga tributária, principalmente após a declaração de que não conhecia a Shein ou a Shopee, pois comprava apenas livros na Amazon.

Desde então, não houve nenhuma medida eficaz do governo para combater a imagem de ‘Taxad’ que o ministro hoje cultiva em parte considerável do povo brasileiro. Pelo contrário, a reforma tributária sobre o consumo, ora vendida como uma alteração histórica na base tributária nacional, não ousou redistribuir, mesmo que timidamente, a proporção de tributos que é custeada pelo povo pobre do país, e foi verdadeiro palco das disputas burguesas no parlamento, aprovando normas como a desoneração de armas de fogo no Imposto Seletivo e a concessão de créditos ao setor agropecuário. A “reforma tributária” celebrada pelo governo mantém o Brasil na lista dos países com maiores impostos sobre consumo do mundo

De mesma forma, a retirada da tributação sobre grandes fortunas da votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24 sem que o executivo comprasse a pauta para si, e o anúncio de que a isenção no Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000,00, que foi promessa de campanha em 2022, deverá ser apresentada apenas em 2026

e ainda deverá passar pelo Congresso Nacional, são exemplos de como a política tributária do governo está desgastada em face do trabalhador brasileiro médio. Somado aos cortes de gastos sociais realizados pelo governo, a política neoliberal do governo inspira cada vez mais desconfiança entre as massas trabalhadoras

Em face da dimensão que tomou a campanha da direita, o Ministério da Fazenda anunciou na quarta-feira (15), após reunião com o presidente Lula (PT), que a normativa da Receita Federal foi revogada. O governo, ainda, anunciou que publicará uma Medida Provisória que equipara o pagamento em Pix ao pagamento em dinheiro. O ministro Fernando Haddad afirmou que a decisão foi tomada diante da “manipulação de opinião pública”

A decisão de revogar a medida, que sequer deveria ter sido proposta, perfaz uma derrota vexatória do governo, que comprova na prática que, longe de ser mero problema de comunicação, há um problema político grave em jogo que é consequência direta da imposição de suas medidas neoliberais de ajuste fiscal, e isso afeta diretamente a imagem pública e credibilidade do executivo federal e seu ministério da economia. Graças à política do governo, a extrema-direita finalmente está conseguindo fortalecer a ideia de que Lula governa contra os pobres. Apesar da hipocrisia dessa denúncia vinda daqueles que defendem as exatas mesmas políticas econômicas, fato é que essa narrativa contribui para acirrar o desgaste da frente ampla petista entre as camadas mais pobres da população.

Na semana de uma ofuscada sanção presidencial da reforma tributária sobre o consumo que mantém os privilégios dos mais ricos, e ainda sem anunciar sequer um rascunho de uma reforma tributária sobre a renda que almeje reverter minimamente a proporção fiscal regressiva que há entre os contribuintes mais pobres – que verdadeiramente arcam com os ônus – e os contribuintes abundantemente beneficiados por incentivos e isenções fiscais, a tendência é que o governo se desgaste cada vez mais que anuncie medidas em âmbito arrecadatório. O fato de que o governo avance uma medida “técnica” que aumenta a fiscalização aos mais pobres ao mesmo tempo em que não tem nada a apresentar aos trabalhadores no que diz respeito a reformas tributárias progressivas é, com efeito, motivo suficiente para justificar a desconfiança popular. A seguir por esse caminho, o governo Lula contribui para municiar a extrema-direita e desacreditar a esquerda brasileira perante a classe trabalhadora.

Amazônia

Alta nos preços dos combustíveis e do gás na região norte

Desde a privatização da Refinaria do Amazonas (REAM) pelo governo Bolsonaro-Mourão em 2022, os trabalhadores da região Norte pagam os maiores preços de combustíveis do Brasil. O sindicato pressiona o governo Lula pela reestatização da refinaria - sem sucesso, até o momento.



Instalações da REAM, hoje sobre controle do Grupo Atem. Foto: REAM/Divulgação

O aumento nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha tem afetado drasticamente a região Norte, acentuando as desigualdades sociais em um dos territórios mais vulneráveis do Brasil. A privatização da Refinaria do Amazonas (REAM), realizada em 2022, contribuiu diretamente para essa crise. Antes da venda ao grupo Atem, a refinaria desempenhava um papel crucial no abastecimento local, mantendo preços acessíveis. Desde então, a paralisação das atividades de refino levou a aumentos significativos nos preços, deixando a região dependente de derivados importados e elevando o custo de vida.

Essa escalada, fruto da especulação e da submissão à agenda liberal dos grandes empresários, precisa ser parada, por meio da cobrança ao governo federal para o estabelecimento de objetivos claros de um controle público, especialmente em um setor tão estratégico e fundamental.

A REAM desempenhava um papel crucial para garantir preços mais acessíveis de combustíveis tanto para o Amazonas como para toda região norte. Antes de sua privatização em 2022, ela contribuía significativamente para o abastecimento local, minimizando custos logísticos e mantendo o mercado relativamen-

te equilibrado. Contudo, desde que foi vendida ao grupo Atem por US\$ 257,2 milhões, a refinaria paralisou suas atividades de refino, reduzida a uma estrutura de apoio logístico. Essa mudança resultou em preços mais altos e na dependência do Norte de derivados importados ou trazidos de outras regiões.

A privatização realizada durante o governo genocida de Bolsonaro-Mourão, foi justificada com promessas de modernização e aumento da eficiência. No entanto, o que se viu foi o contrário: redução de empregos, aumento do custo de vida regionalmente, perda de arrecadação fiscal e vulnerabilidade logística ampliada.

A justificativa do grupo Atem para a paralisação, alegando a necessidade de manutenção, não encontra respaldo em evidências concretas, segundo o Sindicato dos Petroleiros. Estudos do Observatório Social do Petróleo (OSP) apontam que a gasolina da REAM supera os preços da Petrobras em até 6,5%, enquanto o gás de cozinha registrou um aumento de 9% após a privatização.

O grupo Atem vem acumulando, desde 2017, bilhões de reais em isenções fiscais de PIS/COFINS. Em um ano, a empresa lucrou cerca de R\$2 bilhões graças a essas isenções,

enquanto o Amazonas continua pagando uma das gasolinas mais caras do Brasil. Com a postura de defesa dessa política, os senadores Eduardo Braga (MDB), Omar Aziz (PSD) e Plínio Valério (PSDB) evidenciam os verdadeiros interesses privados de um grupo econômico com enorme influência política no estado.

O governo Lula-Alckmin, que assumiu em 2023, colocou em pauta a reestatização da REAM, com a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e a Refinaria Clara Camarão, reconhecendo seu papel estratégico para a soberania energética do país e o impacto positivo que poderia trazer para a região Norte. No entanto, essa promessa ainda não se concretizou e a população continua sofrendo com preços abusivos de gasolina e gás, resultado direto do monopólio privado e da ausência de uma política energética em prol da maioria trabalhadora do povo.

Se o Governo Lula-Alckmin realmente se preocupasse com os mais pobres, que estão pagando 45% a mais pelo botijão de gás devido à privatização da refinaria, cumpriria sua promessa de campanha o mais rápido possível. Afinal, como destaca o economista Eric Gil Dantas, do Observatório Social do Petróleo (OSP), a única solução para este impasse é reestatizar todas as refinarias vendidas pelo governo Bolsonaro e sua equipe.

A privatização da Refinaria do Amazonas (REAM) exemplifica uma política mais ampla de desmonte das estatais brasileiras, conduzida sob a justificativa de que o setor privado seria mais eficiente e competitivo. No entanto, na prática, esse processo apenas transferiu ativos estratégicos para grandes grupos econômicos, deixando a população vulnerável aos interesses corporativos.

O caso da REAM é emblemático de como as privatizações, especialmente no setor energético, não ampliaram a oferta de derivados e reduziram a operação da refinaria a

um suporte logístico. A desestatização ignorou o potencial estratégico da refinaria para o desenvolvimento regional e expôs a falta de critérios claros e fiscalização nas políticas energéticas. Esse modelo de privatização prioriza lucros imediatos em detrimento do impacto social e econômico, comprometendo o desenvolvimento de uma região inteira.

Em boletim do Sindipetro-AM, são relatadas denúncias alarmantes sobre as condições de trabalho na Refinaria do Amazonas (REAM), destacando acusações de crueldade e comportamento irresponsável por parte da gestão. Os relatos apontam para iluminação inadequada, ausência de segurança e episódios graves de perseguição, com jagunços armados ameaçando trabalhadores, inclusive com armas de fogo. O sindicato classificou a gestão como criminosa, formalizou queixas às autoridades competentes e prometeu não recuar até que a justiça seja feita. O gerente-geral da refinaria foi criticado por negar a ocorrência dos incidentes, o que reflete um profundo descaso com a vida e dignidade dos funcionários.

Para reverter esse cenário, é essencial reestatizar a REAM e implementar um planejamento estratégico que restabeleça sua operação em plena capacidade, garantindo empregos e preços mais justos para a população. Além disso, é necessário repensar o modelo energético brasileiro, afastando a influência de multinacionais no setor e assegurando que o refino de petróleo seja utilizado em benefício da coletividade.

A reestatização da REAM e de todas outras refinarias do país, é um passo fundamental para a conquista da soberania energética e a promoção da justiça social. Somente por meio do controle popular sobre nossos recursos naturais será possível realizar uma transição energética que atenda às reais necessidades da maioria trabalhadora da população da cidade, do campo e das florestas.



Foto: Divulgação/ SINDIPETRO-AM

Segurança Pública



A PM da Bahia, estado governado pelo PT há 18 anos, é a que mais mata no Brasil. Foto: PM Bahia/Divulgação

Governo emite decreto sobre regulamentação do uso da força policial no Brasil

O conjunto de medidas editadas pelo Governo Federal nos temas da segurança pública busca dar um verniz de “racionalidade técnica” à mesma lógica racista de encarceramento e assassinato da juventude negra que sempre imperou no Brasil.

Em meio à repercussão de diversos casos de violência policial nos últimos meses, o Governo Lula-Alckmin editou, através do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Decreto nº 12.341, de 22 de dezembro de 2024, que estabelece diretrizes para disciplinar o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública. O objetivo é regulamentar a aplicação da Lei nº 13.060/2014, aprovada há dez anos, que estabeleceu princípios para o uso da força repressiva pelos agentes, tais como legalidade, necessidade, razoabilidade e proporcionalidade.

O decreto acrescenta aos princípios a precaução, a responsabilização e a não discriminação, estabelecendo que “a força deve ser empregada com bom senso, prudência e equilíbrio”, apenas nos casos em que recursos de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais. Ainda, reforça a ilegalidade do uso de armas de fogo contra pessoas desarmadas e veículos em fuga, criando um Comitê de Monitoramento,

adicionando a necessidade de planejamento e de fomento de pesquisas sobre avaliação de impacto das ações, e condicionando repasses de verbas aos Estados à adequação ao disposto no decreto e na Lei de 2014.

Conforme a Portaria Interministerial nº 4.226/2010, as armas e equipamentos de menor potencial ofensivo são aquelas “projetadas e/ou empregadas, especificamente, com a finalidade de conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas, preservando vidas e minimizando danos à sua integridade”. Mas as diretrizes de uso “proporcional e progressivo da força” não impediram um aumento dramático da violência policial nos últimos dez anos, direcionada predominantemente a homens e meninos negros. Balas de borracha, sprays de pimenta, bombas de efeito moral, armas de eletrochoque e de concussão ainda são largamente utilizadas pelas polícias, quando não as próprias armas de fogo.

O deslocamento do eixo do debate para o reforço da lógica da “guerra às drogas”, somado a me-

didadas recentes de flexibilização da política de desarmamento – que contribui para a manutenção da ampla circulação de armas de fogo entre a extrema-direita, as milícias e organizações do tráfico de drogas – caminha para aumentar a ostensividade do policiamento nas periferias, assim como as mortes por policiais e de policiais. O conjunto de medidas editadas pelo Governo Federal nos temas da segurança pública busca dar um verniz de “racionalidade técnica” à mesma lógica racista de encarceramento e assassinato da juventude negra que sempre imperou no Brasil. Isto é: não oferece mecanismos concretos de transformação do projeto burguês de segurança pública vigente, limitando os avanços nesse sentido à edição de normas legislativas, regras e diretrizes técnicas, como no caso da ADPF das Favelas, que são sucessivamente transgredidas.

A “modernização das práticas de segurança pública” não passa de populismo penal, tendo pouco efeito prático na preservação da vida e

na redução da criminalidade e da violência. A produção de chacinas enquanto método de controle social dos trabalhadores mais pobres nas favelas e periferias é um mecanismo essencial para a garantia de altas taxas de lucratividade da burguesia, especialmente às custas da exploração da mesma camada que é alvo da letalidade policial.

Por essa razão, combater o projeto racista da burguesia só será possível através da luta de massas da classe trabalhadora, pautando o enfrentamento aos mecanismos de repressão do Estado. Passa, ao contrário do caminho social-liberal trilhado pelo Governo Lula-Alckmin, por amplificar lutas pelo fim das polícias militares e pelo desfinanciamento das polícias no geral, com o fim da lógica de “guerra às drogas” (uma verdadeira guerra aos pobres), mas também pautando o enfrentamento ao poder político e econômico burguês que fortalece políticas de encarceramento, de criminalização da pobreza e de violência racista nas favelas e periferias.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br



Economia

“Olha o pesado!” A dura realidade dos ambulantes no Carnaval

A realidade de trabalhadoras e trabalhadores ambulantes nas grandes cidades revela a exploração por trás da maior festa do Brasil

O Carnaval de 2025 começa na primeira semana do mês de março. Os grandes centros urbanos se preparam para receber contingentes enormes de foliões. No ano passado, enquanto cerca de 8 milhões de pessoas festejavam no Carnaval do Rio de Janeiro, 11 milhões lotavam as ruas de Salvador e 3,4 milhões celebravam em Recife, uma outra face da festa passava despercebida: a rotina exaustiva e invisível dos trabalhadores que fazem a festa acontecer. Enquanto uns se deslumbram com o brilho dos blocos e o luxo dos camarotes, outros enfrentam jornadas exaustivas, riscos constantes e condições de trabalho precário para tornar esse espetáculo possível. Como demonstra o documentário “Cidade Ambulante”, de Alex Teixeira e Victor Belart, que acompanhou o trabalho de ambulantes durante o Carnaval de 2024 no Rio de Janeiro, em sua abertura, “o Rio de Janeiro é uma cidade ambulante; boa parte das coisas que fizeram essa cidade

ser reconhecida no mundo, vão ter a ver com a rua, e com o trabalho de pessoas que dificilmente são reconhecidas por isso”.

Falando das condições de vida e de trabalho em entrevista ao Jornal O Futuro, Jorge (43), ambulante há mais de 20 anos na cidade do Rio de Janeiro, conta como a luta da categoria é todo ano e não apenas no Carnaval, apesar das condições, nessa época do ano, serem muito mais precárias por conta da intensidade e da pressão do trabalho nas ruas. Sobre o que poderia ser melhorado para o trabalho dos ambulantes, Jorge ressaltou que “Melhorar o ano todo é a luta dos ambulantes, ter acesso à cidade, poder circular livremente, porque o ambulante é isso, é andar, viver dos eventos na rua. Queremos poder circular na cidade e trabalhar tranquilo”. Jorge, que trabalha desde muito jovem, também contou como a situação dos eventos de rua, cada vez mais privatizados e com vários

blocos tradicionais encerrando atividades, acaba por piorar ainda mais as formas de trabalho dos ambulantes, que enfrentam condições de segurança, higiene e saúde precárias no trabalho informal, sujeitos à apreensão das mercadorias a todo momento.

Mesmo com os kits fornecidos pela patrocinadora, Ambev, para os vendedores credenciados, compostos por isopor, guarda-sol e descontos em produtos, os ambulantes não têm qualquer garantia trabalhista ou suporte para enfrentar os riscos inerentes à atividade. “A credencial só serve para limitar o trabalhador”, apontou Jorge, já que o material fornecido é não apenas insuficiente para quem vive disso, como cria uma situação em que os ambulantes são tratados como empreendedores autônomos, sem acesso a direitos fundamentais, mesmo desempenhando uma função essencial à operação e à lucratividade da patrocinadora nos dias

de folia. Essa lógica deslegitima o trabalho dos ambulantes, porque funciona como se a atividade fosse apenas algo para complementar renda, não uma categoria com respaldo e digna de acesso aos direitos trabalhistas. Sobre esses certificados dados pela Ambev, Jorge afirma que essa medida não funciona para quem realmente vive do trabalho ambulante, já que os isopores são muito pequenos e não dão conta da quantidade demandada pelas festas e blocos carnavalescos.

Já em São Paulo, segundo a juíza Patrícia Almeida Ramos, da 69ª Vara do Trabalho de São Paulo, ouvida pelo Brasil de Fato, essa dinâmica é particularmente preocupante, pois os trabalhadores são “jogados à sorte”. Ramos destaca que a relação entre a Ambev e os ambulantes simula um contrato entre empresas, com a Prefeitura de São Paulo atuando como mediadora, mas sem qualquer responsabilidade trabalhista envolvida. Assim,



Enquanto cada abadá de um bloco pode custar mais de R\$4.000, um cordeiro não levará para casa mais de R\$80 por dia. Foto: Marina Silva/Jornal Correio

os ambulantes ficam expostos a acidentes, violência e prejuízos financeiros, sem apoio de nenhuma das partes.

Além do trabalho por horas, expostos diretamente ao sol, os trabalhadores ambulantes também precisam separar muitas horas dos dias com o planejamento, compra e organização dos materiais. Apesar desse cenário, os trabalhadores que se empenham para a realização das festas de Carnaval como se conhece em todo o país são profundos conhecedores da história da cidade e da história das manifestações culturais e populares. O ofício dos vendedores ambulantes não só é fundamental para o acontecimento do Carnaval, como é com eles que se carrega as características fundamentais dessa expressão cultural e popular.

Em muitos casos, as condições de trabalho colocam a saúde dos ambulantes em risco, podendo ser caracterizadas como insalubres. Embora a legislação brasileira exija a oferta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em situações similares, a informalidade do trabalho no Carnaval dificulta o cumprimento dessas obrigações.

Entre 2015 e 2017, 55,5% das pessoas que ingressaram no trabalho ambulante eram mulheres, em sua maioria negras. Apesar de desempenharem funções similares às dos homens, elas enfrentam uma série de desigualdades, como remuneração inferior (17% das mulheres ganham menos de R\$200, contra 11,2% dos homens), e menor autonomia, refletida na baixa concessão de licenças formais de trabalho. Além disso, as mulheres são mais frequentemente exploradas por redes de cobrança ilegal e enfrentam condições mais precárias, como jornadas extenuantes e ausência de suporte adequado para suas necessidades.

Essas trabalhadoras também lidam com desafios específicos relacionados ao papel social imposto às mulheres. A falta de acesso à educação infantil para os filhos e de infraestrutura básica, como banheiros, compromete seu desempenho e intensifica o esforço necessário para equilibrar trabalho e responsabilidades familiares. Muitas vezes, as mulheres precisam levar seus filhos para os pontos de venda devido à ausência de redes de suporte. A pesquisa do Observatório das Metrópoles e do Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA) mostra que cerca de metade delas realiza refeições na própria barraca, em razão do menor rendimento ou da falta de estrutura no local de trabalho, o que compromete ainda mais sua saúde e qualidade de vida.

Mesmo assim, o trabalho como ambulante e camelô oferece a algumas mulheres uma alternativa frente à exploração do mercado formal, permitindo maior flexibilidade para lidar com demandas familiares e escapando de ambientes frequentemente opressores em empregos de baixa qualificação.

Contudo, essas conquistas individuais não são suficientes para mitigar a precariedade estrutural enfrentada por essa população, que ainda carece de políticas públicas efetivas, como creches e regularização de licenças.

A informalidade da categoria dos ambulantes é um dos motivos pelos quais esses trabalhadores estão sujeitos à repressão diariamente, tendo suas mercadorias apreendidas e sendo agredidos pelas forças repressivas do Estado, enquanto deveriam garantir a segurança e condições dignas de trabalho durante todo o ano, e não apenas no Carnaval. Jorge contou, em sua entrevista, que o trabalho dos ambulantes tem ficado cada vez mais difícil fora dos períodos de grandes eventos. Para agravar esse cenário, a gestão do prefeito Eduardo Paes, que já declarou que camelôs não poderão mais ocupar o centro da cidade, defende a criação de uma Força Municipal que recrute egressos das Forças Armadas para complementar o trabalho da Guarda Municipal, aumentando as forças policiais ostensivas que frequentemente agredem os trabalhadores.

A insegurança é outro fator alarmante: os cordeiros, trabalhadores do Carnaval em Salvador, são fundamentais para a organização dos blocos e vivem situações de trabalho desumanas e constantes agressões no exercício da função de separar aqueles que pagam dos que não pagam para acessar os blocos. Enfrentam jornadas extenuantes, sem proteção adequada, por uma remuneração irrisória de apenas R\$ 80 por seis horas de trabalho, um aumento de apenas R\$ 20 em relação ao ano anterior, fruto de intensa mobilização sindical.

Historicamente, os cordeiros eram foliões, mas, com o tempo, sua função se transformou em “muros humanos”, protegendo os foliões de blocos contra populares e agressões. Hoje, são submetidos a condições degradantes, tratadas como “próximas à escravidão”. Muitos abandonam os postos em meio à folia devido ao nível de humilhação enfrentado.

O Carnaval também escancara a exploração do trabalho infantil. Crianças e adolescentes são frequentemente vistos vendendo produtos ou coletando materiais recicláveis, atividades que os expõem a situações perigosas, como acidentes, exploração sexual e violência. Entre 2020 e 2022, as denúncias de trabalho infantil ao Ministério Público do Trabalho (MPT) aumentaram 65,6%, revelando a dimensão desse problema.

Apesar de movimentar cifras bilionárias, a disparidade entre o luxo e a precariedade de quem sustenta a festa é gritante. Enquanto foliões gastam valores exorbitantes em camarotes e fantasias, trabalhadores como os cordeiros e ambulantes recebem remunerações irrisórias, submetidos a condições degradantes.



Na cidade de Olinda, famosa por seu Carnaval, trabalhadoras ambulantes garantem a alegria dos foliões durante os ensaios dos cortejos. Fotos: Jornal O Futuro.

A informalidade, que atinge 38,9% da população economicamente ativa no Brasil, é mascarada pelo discurso do empreendedorismo, enquanto o Estado e grandes empresas se eximem de responsabilidades. Espaços coletivos de luta, antes fundamentais, perdem força frente ao avanço de setores conservadores e do crime organizado, que ocupam esse vácuo em regiões vulneráveis.

O Carnaval é, sem dúvida, uma das maiores expressões culturais do Brasil, mas, para além do brilho e da euforia, é preciso encarar as desigualdades que sustentam essa festa. Os trabalhadores ambulantes enfrentam condições de trabalho muitas vezes desumanas, sem qualquer proteção ou direi-

tos básicos. Essa precarização, que afeta em especial jovens e pessoas negras, reflete um mercado de trabalho informal que fragiliza a organização coletiva e perpetua ciclos de exploração.

As festas e eventos de ruas que fazem parte da manifestação cultural brasileira, construída pelo povo, reflete a celebração ampla de aspectos culturais fundamentais para o país, perdurando muitas vezes períodos superiores aos do feriado, com eventos anteriores e posteriores. A oportunidade de celebrar tudo o que vem junto com as festas do período não deve se dissociar da necessidade urgente de denunciar as condições das trabalhadoras e dos trabalhadores que o constroem.

Juventude

“Brazilian Phonk” e o silenciamento das periferias

Em conversa com DJ Argel, expoente da cena nortista, revelamos como a mercantilização do funk e a repressão policial expõem as contradições entre mercado e cultura popular nas periferias brasileiras.

O funk brasileiro, nascido nas ruas das periferias como manifestação cultural dos trabalhadores precarizados, enfrenta uma dupla ofensiva: a exploração cultural pelo mercado internacional e a repressão estatal. Sob o rótulo de “Brazilian Phonk”, emerge um produto que combina elementos do funk brasileiro com influências do phonk norte-americano, um subgênero do rap dos anos 1990 marcado por batidas lo-fi, graves pesados e uma estética mais melódica. O Brazilian Phonk, no entanto, é produzido com foco no consumo internacional, simplificando ritmos e despolitizando a essência periférica do funk para atender aos padrões do mercado global. Essa transformação captura o que antes era uma expressão cultural orgânica, desconectando-a de suas raízes sociais. Enquanto isso, no Brasil, o Estado reprime bailes funk e criminaliza seus produtores, evidenciando que, para a burguesia, a cultura popular só é aceitável quando pode ser explorada como mercadoria.

O funk brasileiro nasceu como uma manifestação cultural das periferias urbanas, diretamente ligado às condições de exclusão e exploração enfrentadas por essas comunidades. Diante da falta de acesso à cultura e ao lazer, o funk surgiu como uma forma de expressar a realidade das quebradas, abordando temas como o desemprego, a violência policial, o racismo e o cotidiano das periferias.

Produzido de forma independente, o funk é sustentado pela criatividade de MCs e DJs, que criam músicas a partir de bases instrumentais e mixagens produzidas pelos DJs, como batidas e beats que servem de suporte para as vozes dos cantores. Essas produções são feitas de forma acessível, muitas vezes em pequenos estúdios caseiros, e se popularizam em festas comunitárias.

Essa lógica permitiu ao funk democratizar a produção cultural e se consolidar como uma manifestação autêntica, mesmo quando suas letras não possuem um teor explicitamente engajado. Ainda assim, muitas composições abordam questões como a precarização do trabalho, a violência policial, o racismo e o abandono das periferias pelo Estado.

Argel Garcia, conhecido como DJ Argel, é um jovem nortista de 20 anos, natural do sudoeste do Pará e atualmente residente em Belém. DJ, produtor musical e de eventos, além de designer gráfico, ele traz uma abordagem inovadora ao cenário musical com o desenvolvimento do Tecnomelody — uma fusão entre o tecnomelody amazônico e o funk paulista, que propõe uma nova sonoridade. Reconhecido por sua versatilidade e criatividade, Argel conecta a cultura nortista a diferentes movimentos artísticos, destacando o ta-

lento da região e ampliando as possibilidades da música independente no Norte. Como ele relata:

“No Norte, as acapellas e as produções independentes têm sido essenciais para democratizar o acesso à criação musical, mesmo com recursos limitados. A comunidade se apoia para manter o movimento vivo, muitas vezes sem apoio externo.”

O funk enfrentou anos de exclusão antes de conquistar espaço nos cenários culturais e midiáticos do país. Originado nas periferias, ele foi inicialmente tratado como ameaça e alvo de preconceitos. Com o tempo, porém, ultrapassou essas barreiras, ganhando aceitação econômica e se tornando um fenômeno popular. Nos últimos anos, essa popularidade chamou a atenção do mercado global, que enxergou no funk uma oportunidade lucrativa, transformando-o em um produto de alcance internacional. Gravadoras internacionais passaram a adquirir direitos autorais de produções originalmente gratuitas, transformando-as em commodities vendidas sob o rótulo de “Brazilian Phonk”.

Essa nova versão mantém apenas traços superficiais do funk original, como os beats marcantes e elementos estilísticos que remetem à sua origem. No entanto, perde-se o contexto cultural e social que caracteriza o gênero nas periferias. As letras, muitas vezes carregadas de críticas sociais e narrativas locais, são simplificadas ou substituídas por temas genéricos, enquanto a produção se adapta a padrões internacionais para ampliar sua aceitação comercial.

Argel aponta como essa lógica tem impactos concretos sobre os produtores independentes:

“Gravadoras estrangeiras (e algumas nacionais) compram os direitos de acapellas disponibilizadas gratuitamente por MCs e transformam essas vozes em mercadorias globais. Isso é imperialismo porque existe uma dinâmica de exploração: o que foi criado por trabalhadores das periferias brasileiras é apropriado, reembalado e vendido em mercados globais como um produto elitizado, enquanto os criadores originais são marginalizados.”

A indústria cultural transforma o funk em algo palatável para a elite internacional, apagando suas raízes periféricas e desconectando-o das realidades que lhe deram origem. Vertentes como o tecnomelody amazônico, por exemplo, são invisibilizadas dentro do próprio Brasil, como denuncia Argel:

“Vemos agora a tentativa de apagamento das nossas sonoridades e narra-



Foto: Sérgio Silva/Ponte Jornalismo

tivas. Isso reforça que o imperialismo não é só econômico, mas também cultural, apagando as origens periféricas e colonizando estéticas.”

Se o mercado global transforma o funk em mercadoria, o Estado brasileiro reforça a violência estrutural ao criminalizar suas manifestações autênticas. Bailes funk nas periferias são tratados como ameaças e alvos de repressão sistemática. Um exemplo emblemático é o Massacre de Paraisópolis, em 2019, quando nove jovens foram brutalmente assassinados pela PM de São Paulo durante uma operação em um baile funk.

Dados da Agência Brasil mostram que, entre janeiro e agosto de 2024, as polícias de São Paulo cometeram 441 mortes em serviço, um aumento de 78,5% em relação ao mesmo período dos dois anos anteriores. Esse aumento afeta principalmente a população trabalhadora negra, que representa 34,6% do estado, mas sofreu 283 vítimas, correspondendo a 64,2% do total de mortes por forças policiais. Essa repressão, sistemática e racialmente marcada não é acidental.

DJ Argel conecta essa repressão à ausência de políticas públicas para a cultura popular:

“O Estado não apenas se omite, mas contribui para perpetuar a desigualdade ao não reconhecer a potência cultural que nasce das periferias. O funk e o tecnomelody no Norte enfrentam repressão e abandono.”

O Brazilian Phonk reflete a ação do imperialismo como um movimento do capital que disputa e forma monopólios em todas as áreas, incluindo a cultura. Ao capturar e mercantilizar o funk, o mercado global desvirtua suas origens, impedindo que ele continue sendo um canal

de expressão das periferias brasileiras. O imperialismo age para controlar essas manifestações culturais, submetendo-as aos seus interesses econômicos.

Enquanto isso, a violência policial e a omissão do Estado agravam o cenário, reforçando as contradições de um sistema que oprime e explora os mesmos sujeitos que constroem a cultura. O funk é aceito apenas em versões mercantilizadas, enquanto todas as outras expressões que preservam suas características originais são reprimidas, ignoradas ou criminalizadas. Isso expõe como o capitalismo não apenas se apropria do funk, transformando-o em um produto vazio de conteúdo, mas também busca reprimir todas as formas genuínas de expressão cultural. Como aponta Argel, a resistência passa pela mobilização coletiva de artistas, produtores e das comunidades que mantêm o funk vivo:

“Precisamos nos unir para exigir políticas públicas, combater o apagamento cultural e preservar nossas origens.”

O funk, ao longo do tempo, tem se revelado como um espaço de expressão para as periferias, mas também enfrenta a tensão entre resistir à mercantilização e servir como um meio de enriquecimento pessoal, muitas vezes associado a lógicas de empreendedorismo e perspectivas misóginas. Mesmo assim, sua origem periférica e criatividade sonora atravessadas pela repressão estatal podem fortalecer uma perspectiva de resistência e construção, desde que se combata tanto a mercantilização quanto às distorções que enfraquecem suas mensagens originais. É necessário garantir que essa cultura dos trabalhadores continue viva para que as periferias não sejam apenas consumidas, mas possam, de fato, transformar sua realidade.

Sindical

29 de Janeiro: Dia Nacional da Visibilidade Trans

O Dia Nacional da Visibilidade Trans, dia 29 de janeiro, foi instituído no Brasil em 2004 para dar voz, orgulho e ser símbolo da resistência trans e travesti, marcando a luta por direitos e reconhecimento. Mais do que uma celebração, a data relembra a realidade de uma das populações mais vulneráveis do país, que enfrenta cotidianamente a violência, a exclusão social e a marginalização no mercado de trabalho.

A insuficiência de alternativas de trabalho e renda para a população trans é um problema complexo e que tem raízes profundamente conectadas à exploração capitalista. As diversas violências que pesam sobre essa camada da sociedade reforçam um processo de estratificação e divisão dos trabalhadores, depreciando os salários em geral por meio da reprodução permanente de amplas camadas submetidas ao desemprego e à marginalização estruturais.

Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) revelou que 58% das pessoas trans realizam trabalho informal ou autônomo, de curta duração e sem contrato - se considerado apenas o grupo das travestis, 72%. Cerca de 90% das mulheres trans e travestis já recorreram à prostituição como meio de sobrevivência ao menos uma vez em suas vidas, uma saída frente

aos processos de empobrecimento impostos às pessoas trans pela ausência de oportunidades no emprego formal. Para agravar, a violência imposta a essa população contribui para uma ampla evasão escolar antes da conclusão da educação básica, o que afeta significativamente toda sua trajetória no mercado de trabalho.

Mesmo com avanços pontuais, como políticas de inclusão e programas de diversidade, a realidade para a maioria das pessoas trans permanece praticamente inalterada. A população trans enfrenta dificuldades que vão desde a falta de especialização necessária para diversos cargos, a discriminação em entrevistas de emprego e, nos poucos casos em que adquirem relações de trabalho celetistas, a rejeição por clientes e colegas de trabalho. O país segue pelo 15º ano consecutivo como líder mundial no número de assassinatos de pessoas trans e travestis, conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além de toda violência simbólica e institucional de que também padecem.

Nos últimos anos, grande parte das conquistas da população trans no Brasil tem sido obtida por meio da tática do "advocacy", que consiste em pressionar os poderes públicos e legislativos por meio de ONGs e ju-

ridicamente. Embora essa tática tenha gerado avanços pontuais significativos, ela não é capaz de produzir soluções duradouras. Por depender de negociações institucionais e de uma relação clientelista com o Estado, a tática enfraquece a capacidade do movimento trans de se organizar de forma coletiva e autônoma. Essa abordagem muitas vezes desmobiliza a base popular, ao priorizar soluções imediatas e individuais em prejuízo de uma luta mais ampla e de massas. No contexto de avanço da extrema direita no Brasil, que utiliza a pauta trans como bode expiatório para promover sua agenda fascista, é essencial fortalecer formas de resistência e organização que ultrapassem as estratégias de lobby.

Entretanto, o principal obstáculo enfrentado pela população trans em relação à sua organização enquanto camada da classe trabalhadora está em sua baixa inserção no movimento sindical brasileiro. Como grande parte das pessoas trans e travestis não está abrangida pelo regime CLT, seja por estar em trabalhos informais ou na prostituição, sua presença no sindicalismo ainda é muito pequena.

Essa exclusão, por sua vez, é perpetuada por uma postura recuada do movimento sindical, que ainda

não incorporou plenamente as lutas de gênero e sexualidade em suas pautas. A ausência de instrumentos específicos para garantir os direitos da população trans no mundo do trabalho contribui para sua invisibilidade no interior do proletariado organizado. Para superar esse desafio, o movimento sindical deve ampliar suas bandeiras para incluir as demandas da população trans, reconhecendo que a luta por condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores e trabalhadoras passa, necessariamente, pelo combate à transfobia e à exclusão de gênero.

O Dia Nacional da Visibilidade Trans é um marco para a luta e a memória da população trans e travesti no Brasil. Mas ainda temos um longo caminho a percorrer nessa luta, o que dependerá de nossa capacidade de unir todos setores oprimidos da classe trabalhadora e do povo pobre em um verdadeiro movimento social que revolucione as relações sociais de produção e reprodução contemporâneas. Apenas por meio de uma luta unificada e classista será possível enfrentar os ataques da extrema direita, superar as barreiras impostas pelo capitalismo e construir uma sociedade onde as pessoas trans e travestis possam viver com dignidade, respeito e igualdade.

Reajuste do piso nacional do magistério previsto para 2025 é de 6,27%

A aplicação do reajuste nos estados e municípios depende da luta das trabalhadoras e trabalhadores em educação

Em 2025, o Piso Salarial Profissional Nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica foi reajustado em 6,27%, alcançando o valor de R\$ 4.867,77 para uma jornada de 40 horas semanais. Esse reajuste, previsto na Lei 11.738/2008, é fruto de uma histórica luta da categoria para assegurar condições dignas de trabalho e valorização profissional. Contudo, a realidade da aplicação desse direito em estados e municípios revela um cenário de profundo desrespeito e precarização que apenas a luta organizada dos trabalhadores em educação pode solucionar.

Apesar do reajuste estar garantido legalmente, diversos municípios e estados se negam a aplicá-lo, alegando restrições orçamentárias e invocando o princípio da autonomia federativa. Esse descumprimento não é apenas uma afronta ao magistério, mas também uma demonstração do abandono deliberado da educação pública, uma área essencial que deveria ser tratada como prioridade dos municípios e estados.

A negligência com a aplicação

do piso levou a uma escalada de ações judiciais por todo o país. Atualmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1502069, que tem repercussão geral reconhecida sob o Tema 1324. Este julgamento decidirá se os reajustes determinados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de portarias, devem ser automaticamente implementados por todos os entes federativos.

De um lado, a categoria defende a universalização do reajuste como mecanismo de valorização do magistério e proteção contra arbitrariedades locais. De outro, estados e municípios, frequentemente apoiados por setores econômicos comprometidos com a austeridade e com o Novo Teto de Gastos, argumentam que o reajuste automático viola a autonomia federativa e deve ser condicionado a leis específicas em cada ente, ignorando o fato que há repasses proporcionais como o FUNDEB.

O STF, instância máxima do Judiciário, carrega o peso de definir o futuro de milhares de trabalhadores em

educação em todo o Brasil. No entanto, sua posição histórica revela um padrão de decisões que frequentemente priorizam os interesses do mercado e da austeridade em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

A crise de financiamento da educação pública não é um fenômeno isolado. Desde 2017, o Brasil conviveu com o Teto de Gastos do governo Temer, a chamada PEC da Morte, regra fiscal que impõe cortes drásticos nas áreas sociais, e principalmente no investimento à Educação brasileira. Embora a regra tenha sido substituída pelo Novo Arcabouço Fiscal, os mecanismos de austeridade permanecem, restringindo severamente os investimentos públicos.

Entre 2019 e 2023, o impacto dessa política foi evidente: investimentos insuficientes por matrícula, aprofundamento das desigualdades regionais e exclusão educacional de grupos vulneráveis, como estudantes indígenas, negros e pardos. Estados como Rio Grande do Sul, Maranhão e Alagoas apresentaram gastos por aluno que não chegaram a R\$ 3,3 mil por

ano, enquanto especialistas calculam que seria necessário ao menos R\$ 10 mil por aluno para garantir uma educação de qualidade.

Diante desse cenário de desmonte, a luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras em educação é mais urgente do que nunca. Apenas a mobilização nas ruas, com paralisações, greves, manifestações e alianças com outros setores da classe trabalhadora, pode resistir aos ataques em curso e garantir a aplicação do piso nacional, o financiamento adequado para a educação pública e a defesa dos direitos conquistados.

É fundamental que o magistério continue a pressionar o governo Lula-Alckmin pelo fim do Novo Arcabouço Fiscal, além do Judiciário e a sociedade como um todo, sublinhando que educação não é gasto, mas investimento estratégico e direito fundamental. A resistência organizada é o único caminho para enfrentar a lógica da austeridade, que privilegia o capital em detrimento da vida, e para construir uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas.

Juventude

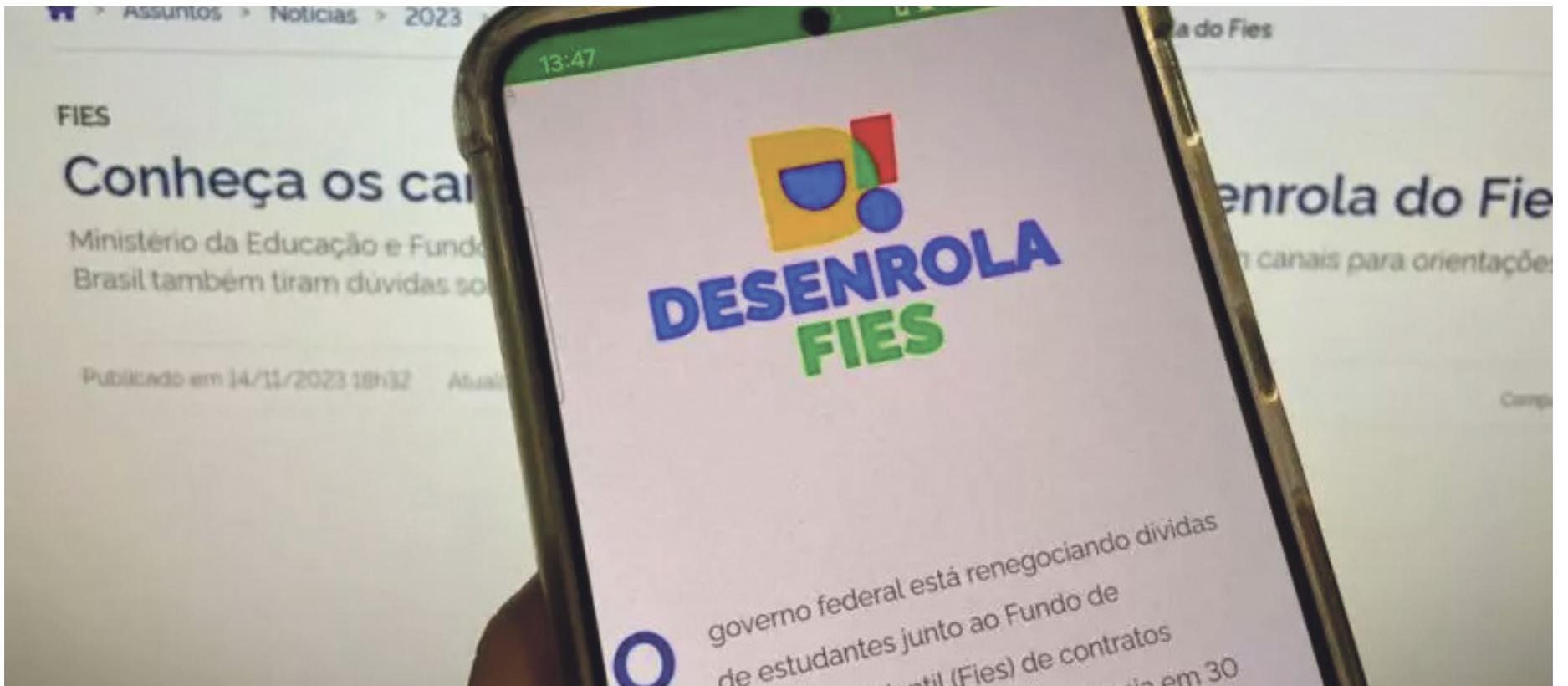


Foto: Daiane Nora/ND

Com expansão do Fies, governo federal prioriza o setor privado em detrimento do ensino público

Mesmo com o endividamento e a evasão dos estudantes atendidos, programa terá investimento de mais de R\$ 700 milhões de reais em 2025

Como última medida do ano de 2024, o Ministério da Educação (MEC) anunciou, em 31 de dezembro, a oferta de 112.168 vagas para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em 2025. O número faz parte do Plano Trienal do programa federal, que disponibilizará 67.301 vagas no primeiro semestre e mais 44.867 para o segundo, números semelhantes aos previstos para 2026 e 2027.

Criado em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e expandido nos governos petistas durante os anos 2000 e 2010, o Fies é um programa federal que oferece financiamento, junto a bancos públicos, para o pagamento de mensalidades em instituições de ensino superior particulares. Após a formatura, os estudantes precisam pagar a dívida acumulada durante toda a graduação, com condições de juros específicas.

Em 2024, o governo Lula (PT) expandiu o programa com a criação do Fies Social, que oferece financiamento integral para estudantes pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Para este ano, 50% das vagas disponíveis serão para o Fies Social.

ENDIVIDAMENTO ENTRE OS FORMADOS

Ao longo de seus 26 anos de existência, o Fies foi a única alternativa de acesso à graduação para milhares de brasileiros, em especial aqueles de famílias mais pobres, das quais nenhum membro havia tido a

oportunidade de ingressar no ensino superior antes. Em contrapartida, no entanto, o Fundo de Financiamento também foi o responsável por uma enorme taxa de endividamento entre esses estudantes.

No primeiro semestre de 2024, 50% dos 2,6 milhões de contratos ativos do Fies estavam em inadimplência, acumulando um montante de R\$ 114,2 bilhões em dívidas de beneficiários do programa. O cenário não é novo, durante a pandemia de covid-19, no ano de 2020, por exemplo, o Fies alcançou o maior índice de inadimplência de sua história, com 54,3% dos contratos sem pagamento.

Demitida durante a pandemia, a fisioterapeuta Ilse Silva, de Recife (PE), contou sobre sua experiência de endividamento com o programa, em entrevista à BBC News Brasil: “Em 2013, a oportunidade de fazer um curso superior por meio do Fies era a realização de um sonho, de ser inserido no mercado de trabalho com nível superior. Mas hoje, sem perspectiva nenhuma de trabalho, de nada, o Fies se tornou um acúmulo de dívida”. À época, seu marido, formado em Engenharia de Produção, enfrentava a mesma realidade, enquanto trabalhava como motorista para a Uber.

Além da negatização do nome do recém formado e de seus fiadores, a dívida do financiamento também traz outras consequências mais graves, como a inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (Cadin) e a impossibilidade de conseguir novos financiamentos públicos, bloqueio de restituição do imposto de renda, ações judiciais e até a penhora de bens.

Com a situação fora de controle, o governo Lula precisou criar,

em novembro de 2023, um programa para a renegociação de dívidas, o “Desenrola Fies”, gerido pelo MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que até fevereiro de 2024 já havia renegociado R\$ 9 bilhões em dívidas.

AUMENTO DAS MENSALIDADES GERA EVASÃO

Se o endividamento após a formatura é problema para alguns dos estudantes, para outros esse obstáculo começa ainda durante a graduação. Isso ocorre porque o Fies dispõe de um teto de financiamento para as mensalidades, para o curso de Medicina, por exemplo, é de R\$ 60 mil por semestre.

Quando o valor disponibilizado pelo Fies não é o suficiente, devido aos reajustes aplicados pelas instituições privadas, o estudante precisa pagar a diferença, em um sistema de co-participação. Assim, em muitos dos casos, as dívidas começam a ser acumuladas durante ou curso, ou, em situações mais drásticas, o estudante é forçado a abandonar a graduação e pagar o que já foi financiado, mesmo sem se formar.

BAIXA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIVADA E VAGAS OCIOSAS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Outro fator que contribui para a inadimplência entre os formados pelo Fies, é a falta de oportunidade de emprego na área escolhida para a graduação. Isso está ligado, para além

do cenário de desindustrialização e desemprego estrutural no Brasil, à falta de compromisso de instituições privadas com um ensino e uma formação de qualidade para seus estudantes.

De acordo com a pesquisa de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2024, apenas 21% das universidades privadas alcançaram notas satisfatórias, contra 85% das universidades federais, que são públicas.

Ainda assim, a qualidade do serviço oferecido não é um problema para os lucros das instituições privadas. Gigantes do setor, como a Cogna Educação — dona das empresas Saber, Vasta e Kroton — e a Anima Educação — que reúne 25 empresas de educação —, têm perspectivas de crescimento de 191% e de lucros de R\$100 bilhões, respectivamente.

O valor do investimento público direcionado para o setor privado de educação, através das vagas oferecidas pelo Fies em 2025, será de R\$774.400 milhões de reais, como aponta resolução do MEC. Por outro lado, porém, as universidades federais sofrem com desinvestimento e falta de estudantes. Em 2023, o Censo do Ensino Superior revelou que quase 40% das vagas em universidades públicas estavam ociosas, enquanto as reposições orçamentárias para essas instituições bateram os R\$638 milhões no último ano, valor que corresponde apenas a 25% das perdas de orçamento desde 2015, calculadas em R\$2,5 bilhões, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Segurança Pública

Nova política de controle de armas do Governo Federal ainda é insuficiente

“Armas nas mãos certas”, diz Presidente Lula sobre a nova política de segurança pública, ignorando o aumento de quase 200% na letalidade policial durante a última década.



Lula e Ricardo Lewandowski. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Ministro da Justiça e Segurança Pública Ricardo Lewandowski anunciou o adiamento e a flexibilização da nova política de controle de armas, que seria implementada a partir de 1º de janeiro deste ano. Correspondente ao Decreto nº 11.615, assinado por Lula em julho de 2023, a nova política de armamento transfere do Exército Brasileiro (EB) para a Polícia Federal (PF) as competências referentes ao controle das armas e munições dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC) e modifica critérios para a aquisição, transporte e atividade dos CACs.

Elaborada durante a gestão de Flávio Dino, a medida visava, segundo o então ministro da Justiça, “pôr fim, definitivamente, ao armamentismo irresponsável”, alterando dispositivos flexibilizados no Governo Bolsonaro. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PF passa a ser responsável pelo registro de pessoas físicas e jurídicas, pela autorização de compra e venda de armas, concessão de guias de tráfego, fiscalização das atividades dos CACs e pela fiscalização e controle do comércio para pessoas físicas.

Já nos primeiros dias de governo, Lula assinou o decreto que estanca a liberalização de armas e munições. Naquela ocasião, foram suspensas as concessões de novos registros de clubes e escolas de tiro, os registros para aquisição e transferência de armas e munições dos CACs, além de restringir seus quantitativos até que uma nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento fosse apresentada pelo grupo de trabalho instituído em janeiro de 2023.

A nova regulamentação, por meio do decreto de julho de 2024, estabelece critérios como a exigência de autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) para caçadores; limitação de uma arma por modelo para colecionadores (antes eram cinco); e a divisão dos atiradores em três categorias a partir de critérios de participação em treinamentos e competições. Outras mudanças incluem a obrigatoriedade de que clubes de tiro fiquem distantes de escolas, a proibição de funcionamento 24 horas e do porte municiado para CACs – que ainda poderão solicitar o trânsito desmuniado, desde que

indicando previamente trajeto e período registrado em guia de tráfego. O decreto também reduziu a quantidade de armas e munições autorizadas.

A falta de recursos para efetivar a transferência – que exige o treinamento e capacitação da Polícia Federal – é um dos argumentos para adiar a implementação das novas regras, mas o que está em jogo é a sua flexibilização. Anunciado no último dia do ano, o Decreto nº 12.345/2024, que edita as diretrizes anteriores, foi construído em um acordo entre Governo e Bancada da Bala. A nova redação cria a categoria de Atiradores de Alto Rendimento, a ser regulamentada pelos Ministérios da Justiça e do Esporte, aumentando o número de armas e munições permitidas – inclusive de uso restrito. Além disso, estabelece novas normas para os clubes de tiro, autorizando a manutenção do funcionamento daqueles já existentes e localizados há menos de um quilômetro de escolas, desde que com horário reduzido.

A nova legislação não resolve o problema do armamentismo burguês, fortemente impulsionado pelo governo anterior. Carro-chefe da política reacionária de segurança pública de Bolsonaro, a facilitação do acesso às armas aumentou em quase sete vezes as licenças expedidas no período de seu governo, com 904.858 novos registros de armas para os CACs entre 2019 e 2022. Esses dados, entretanto, são apenas parte do problema. Segundo informações recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, só no SINARM (Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal) estavam ativos, em 2023, 2.088.048 registros de posse – um crescimento de 227,3% em relação a 2017. Os números são referentes à posse de armas para a defesa pessoal e não incluem os CACs, registrados no SIGMA (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), sobre o qual o Exército Brasileiro não publicou dados atualizados.

A recente descoberta dos planos de ação golpistas de 2022 põe em evidência o fundamento por trás da política bolsonarista de armamento: nunca se tratou de viabilizar a legítima defesa, mas de garantir a ampliação de base de apoio armada para uma

escalada golpista. Há uma correlação direta entre o aumento da circulação de armas, supostamente para “combater a criminalidade”, e o aumento dos crimes cometidos com armas de fogo. Em 2013, o IPEA publicou estudo apontando que um aumento de 1% na circulação de armas representaria, proporcionalmente, um aumento de até 2% nos homicídios. Isso porque, independentemente da Presidência, a última palavra sobre a política de armamento sempre foi dada pela Bancada da Bala no Congresso Nacional, cujo objetivo é fortalecer a burguesia da indústria armamentista e da segurança privada, além de armar setores reacionários para a defesa da propriedade burguesa, como os capangas dos ruralistas.

Impossível negar que a política bolsonarista de armamento, implementada a partir de 2019, era irresponsável ao fomentar o descontrole na fiscalização de armas e munições em circulação no país. Mas, mais do que isso, foi a que melhor correspondeu aos interesses paramilitares das milícias, do latifúndio e dos grandes empresários do setor, tendo assim nítidos interesses de classe. Nas mãos do Exército, a distribuição de armas para o crime organizado se deu por vias legais e ilegais. Durante os quatro anos de governo, foram concedidos mais de 5 mil certificados de registro de armas de fogo para pessoas condenadas por homicídio, lesão corporal dolosa, ameaça, direção sob efeito de álcool e outros crimes, aumentando não apenas as chances de reincidência, mas o agravamento dos casos.

O Exército não tem controle sobre suas próprias armas e munições, e perde equipamentos de alto poder de fogo – que são capazes de atingir aeronaves ou perfurar blindados – sem sequer perceber, como prova o caso das 21 metralhadoras furtadas em 2023 do Arsenal de Guerra de São Paulo, em Barueri, notado apenas um mês e meio depois. Via de regra, as armas só são recuperadas após serem usadas em crimes violentos – o que às vezes leva menos de 24h para acontecer. Em vários casos, o equipamento permanece em circulação por anos: do mesmo lote

contendo 2,5 milhões de munições desviado da Polícia Federal em 2020, saíram as balas que assassinaram, em 2011, a juíza Patrícia Acioli e, em 2018, a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes. Não surpreendentemente, muitas vezes são as próprias chefias dos órgãos de Fiscalização de Produtos Controlados os responsáveis pelos desvios.

Vítima da violência, a maioria da população brasileira não apoia o modelo bolsonarista de armamentismo privado, pois entende que, na prática, a facilitação do acesso às armas abastece o crime organizado – seja para facções do tráfico de drogas, seja para grupos armados milicianos – contribui para a ampliação do tráfico internacional nas fronteiras brasileiras e alimenta a guerra de pobres contra pobres, aumentando a letalidade policial e a violência nas periferias e no campo. Os grandes interessados na tática armamentista de Bolsonaro eram, na verdade, os grandes empresários, latifundiários, garimpeiros e suas milícias rurais, assim como setores da classe média e pequenos proprietários da cidade e do campo com poder aquisitivo suficiente para adquirir os equipamentos.

Por outro lado, a mera permanência do monopólio da violência nas mãos do Estado brasileiro, historicamente em guerra contra seu próprio povo trabalhador, não oferece uma solução ao problema da violência contra os mais pobres. “Armas nas mãos certas” foi o que disse o Presidente Lula sobre a nova política, ignorando o aumento de quase 200% da letalidade policial durante a última década. A classe trabalhadora sequer confia na polícia, cuja estrutura prova servir apenas para a repressão de movimentos sociais, criminalização da pobreza e defesa de propriedades burguesas. Organizadas como braço armado do Estado, as forças de segurança pública são ineficientes na proteção da classe trabalhadora, pois não se destinam a isso, mas à defesa militar dos donos do dinheiro.

Desarmar os setores que Bolsonaro armou não é mero “revanchismo”, como afirma o secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, mesmo porque isso é insuficiente para impedir um golpe de Estado ou para alterar o quadro de violência vivido pela população. Uma nova política de segurança pública e de defesa só será possível na luta por uma nova sociedade, garantindo o controle comunitário e democrático direto do povo trabalhador, organizado, treinado e armado para defender seus próprios interesses de forma coletiva – e não a partir da lógica liberal do “cada um por si, contanto que tenha dinheiro para se armar”. Enquanto a política de armamento estiver a serviço da classe dominante, a posse e o porte de armas serão exclusividade de setores que defendem seus interesses, armados individualmente para proteger seus próprios privilégios, e não refletirão o controle social do aparato policial e a participação direta do povo na segurança pública.

Internacional

Cessar-fogo em Gaza: vitória palestina não é garantia de paz

O cessar-fogo representa uma pausa crucial no genocídio em curso contra o povo palestino. É uma oportunidade para que a resistência palestina se reorganize e atue no socorro às milhares de vítimas. Infelizmente, o acordo já está sendo sabotado pelo fascismo sionista.

Após meses de intensificação do conflito entre a resistência palestina e as forças da ocupação sionista, um acordo de cessar-fogo foi finalmente anunciado em janeiro no Qatar, trazendo uma centelha de vitória para um povo cuja história contemporânea é marcada por sete décadas de violência e colonização. O plano prevê três fases distintas, que começaram a ser implementadas no domingo, dia 19. Contudo, é preciso enfatizar que o cessar-fogo é um respiro temporário e não deve ser visto como a solução definitiva para a questão palestina.

A primeira etapa, com duração de seis semanas, prevê a libertação de 33 prisioneiros em posse da resistência e de mais de mil reféns palestinos detidos por Israel. Além disso, inclui o fim das hostilidades, a retirada das tropas israelenses de áreas povoadas em Gaza e a entrada de ajuda humanitária no território devastado. Na segunda fase, também de seis semanas, o Hamas deverá libertar os prisioneiros restantes, enquanto Israel se compromete a soltar um número ainda não definido de reféns. Por fim, a terceira etapa foca na troca de corpos para sepultamento, no plano de reconstrução de Gaza e no desbloqueio das fronteiras, permitindo a passagem de pessoas.

Ao contrário do inimigo ocupante, opositor por princípio a negociar termos de paz em muitos momentos, a coalizão das forças palestinas, em toda a duração do conflito, jamais se fechou à possibilidade de um acordo que reconhecesse suas reivindicações e fizesse cessar a guerra. Isso mesmo lutando sob as mais desiguais condições contra um inimigo massivamente apoiado pelas forças imperialistas hegemônicas, recentemente financiado em oito bilhões de dólares pelo governo americano.

Entretanto, o cessar-fogo não

é garantia de paz, como demonstra o ataque de Israel a Gaza horas depois de seu anúncio. Benjamin Netanyahu já havia prorrogado a discussão no gabinete ministerial sobre o acordo de cessar-fogo anunciado no Qatar, sob pretexto da ameaça da renúncia de dois ministros caso o acordo fosse assinado. Os ministros fascistas tratam a limpeza étnica palestina como ponto absolutamente não negociável e sua saída do gabinete arriscaria o colapso do governo Netanyahu – o que provavelmente teria como desfecho a sua prisão.

Ademais, o histórico da ocupação israelense demonstra que ataques velados podem persistir, mesmo sob acordos formais, que são sistematicamente violados pela entidade sionista. Nunca é demais ressaltar que a própria Operação Tempestade Al-Aqsa se iniciou motivada por ataques velados israelenses às mesquitas palestinas, sobretudo a Mesquita de Al-Aqsa. Além disso, as condições impostas para a trégua evidenciam que a ocupação e o cerco a Gaza estão longe de serem resolvidos.

Outro aspecto sensível do acordo é o papel da Autoridade Palestina, governante da Cisjordânia, tratada pelos Estados Unidos e outros agentes internacionais como a legítima representante do povo palestino, em detrimento do Hamas, que hoje governa Gaza. Com uma trégua estabelecida, é possível que questões internas entre a Autoridade e grupos da resistência armada ganhem maior protagonismo. Isso porque, nos últimos anos, Israel intensificou a anexação de terras na Cisjordânia ocupada, ao mesmo tempo em que minava as conexões entre as forças de segurança da Autoridade Palestina e grupos de resistência locais. Isso criou um ambiente em que a AP, sob a liderança do presidente Mahmoud Abbas, passou a assumir uma postura hostil à



Mohamed Abu Salmiya, preso desde novembro, foi recebido por familiares em Gaza. Foto: Bashar Taleb/AFP - Getty Images

resistência e a ordenar uma série de operações de repressão armada contra grupos de resistência, como as Brigadas de Jenin, fazendo o jogo do inimigo sionista.

A operação, conduzida por forças treinadas pelos EUA no ínterim do chamado “Plano Fenzel”, gerou divisões dentro da própria liderança da AP. Líderes palestinos, como Mahmoud Mardawi, do Hamas, condenaram as ações da AP, argumentando que elas alinhavam a liderança palestina à narrativa israelense de deslegitimação da resistência. Durante esta operação, forças da AP cercaram o campo de refugiados de Jenin, cortando água, eletricidade e impondo um toque de recolher que deixou moradores sem acesso a alimentos e serviços básicos. A operação resultou em várias baixas civis, incluindo a morte de Rebhi Shalabi, um adolescente, e de Yazid Ja’ayseh, um comandante das Brigadas de Jenin.

A crise expôs um dilema em relação à Autoridade Palestina que persiste até hoje: sua busca por controle e apoio internacional a colocou em oposição direta ao crescente movimento de resistência, que é amplamente apoiado pela população palestina, inclusive na Cisjordânia. Pesquisas recentes mostram que 90% dos palestinos desejam a renúncia de Abbas, refletindo uma profunda insatisfação com a liderança da AP, vista como entreguista e ineficaz.

Embora o cessar-fogo traga um momento de esperança, não podemos cair na ilusão de que “a paz venceu”. Muitos reféns e prisioneiros palestinos seguirão detidos e a ocupação colonial da terra palestina permanecerá intacta, impune e amplamente financiada – inclusive pelo Brasil, que adquire armamentos israelenses em abundância e exporta petróleo e outras commodities para este regime de apartheid. Além dis-

so, o plano de reconstrução de Gaza e a abertura das fronteiras dependem de negociações futuras que podem ser facilmente sabotadas por interesses políticos ou estratégicos.

Prova disso é o fato de que já poucas semanas após o cessar-fogo e algumas trocas de reféns, novas violações ao acordo foram feitas pelo regime fascista, como no caso dos ataques à Cisjordânia em 21/1 e como no caso do palestino Ashraf Zghir que, em 25/1, teve sua casa invadida e foi sequestrado pelos sionistas menos de 24 horas depois ter sido libertado, após mais de 20 anos preso. Ao mesmo tempo, reféns israelenses libertos pelos sionistas atestam as condições dignas de tratamento que receberam, desmascarando as acusações racistas e barbarizantes lançadas pela mídia ocidental contra a resistência palestina e evidenciando que é do lado do regime sionista que se encontra a verdade barbárie.

Portanto, o foco deve ser colocado no longo prazo, avaliando como este período de trégua pode ser usado para reforçar a luta pelo fim da ocupação sionista e pela autodeterminação do povo palestino. O cessar-fogo não pode ser visto como o fim da questão palestina, mas como uma pausa para reorganizar as forças e buscar uma solução justa e duradoura, considerando a dificuldade extrema de reconstruir toda a região, sobretudo após os esforços da ocupação de expulsar agentes humanitários do território palestino, em sua campanha de limpeza étnica sem limites.

Assim, embora o acordo marque um passo importante, ele também deixa claro que o caminho para a paz definitiva ainda é longo e repleto de obstáculos. O mundo observará atentamente os próximos movimentos na região.

Assine nossa campanha de financiamento em apoiar.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

